



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

Registro: 2017.0000089688

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Inquérito Policial nº 0169222-83.2011.8.26.0000, da Comarca de Barueri, em que , são GILBERTO MACEDO GIL ARANTES (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARUERI), EUFRÁSIO HUMBERTO DOMINGUES e RICARDO MACEDO ARANTES.

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DETERMINARAM A REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM (Comarca de Barueri), agora competente para apreciação e julgamento do feito.V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores LUIS SOARES DE MELLO (Presidente) e EUVALDO CHAI B.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017.

Edison Brandão
PRESIDENTE E RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

Inquérito Policial nº 0169222-83.2011.8.26.0000

Comarca: Barueri

Investigados: GILBERTO MACEDO GIL ARANTES (Prefeito
do Município de Barueri)

EUFRÁSIO HUMBERTO DOMINGUES
RICARDO MACEDO ARANTES

Voto nº 25685

*Ação Penal – Término do mandato de Prefeito –
Cessação da prerrogativa de foro - Remessa dos
autos ao juízo singular, agora competente para
apreciação e julgamento do feito – Necessidade –
Remessa dos autos à origem.*

Cuida-se de ação penal em desfavor de
GILBERTO MACEDO GIL ARANTES (Prefeito do Município
de Barueri), RICARDO MACEDO ARANTES e EUFRÁSIO
HUMBERTO DOMINGUES, para apuração de suposta prática
dos crimes dispostos no art. 1º, I, do Decreto-Lei 201/67 (por
treze vezes) e art. 1º, V e VII, §4º, da Lei 9.613/98 (por
cinquenta vezes).

Em razão do foro por prerrogativa de
função os autos vieram a esta Corte de Justiça onde, inclusive,
houve recebimento de denúncia dando-se início à instrução.

Relatei.

Realizada consulta no sítio eletrônico do
TSE, constatou-se que GILBERTO MACEDO GIL ARANTES,
não foi reeleito, na verdade, sequer concorreu a reeleição.

Dessa forma, ante o término do mandato do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara de Direito Criminal

acusado, gestão 2013/2016, e tratando-se a competência por prerrogativa de função de exceção à regra geral, não podendo tal ser estendida pelo julgador, de rigor a remessa dos autos ao Juízo singular, agora competente para o seu julgamento.

A propósito:

"PECULATO - Crime supostamente praticado pelo Prefeito e demais funcionários municipais - Renúncia ao cargo apresentada pelo alcaide - Cessação do foro especial por prerrogativa de função - Ocorrência Remessa dos autos ao Juízo de Primeiro Grau para seguimento nas investigações." (Inquérito Policial nº 0317181-92.2010.8.26.0000, da Comarca de Marília. 15ª Câmara de Direito Criminal. Relator: Miguel Marques e Silva. j. 25.10.2012).

"(...) Alegação de incompetência do Juízo de primeiro grau em vista do foro privilegiado - Inocorrência - Cessado o exercício da função pública - Competência do Juízo singular (...)" (Apelação nº 0003207-29.2004.8.26.0111, da Comarca de Cajuru, 15ª Câmara de Direito Criminal. Relator: Ribeiro dos Santos. j. 21.06.2012).

Isto posto, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM (Comarca de Barueri), agora competente para apreciação e julgamento do feito.

EDISON BRANDÃO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal